

# O ESTADO DE S. PAULO

Diretor: Ruy Mesquita  
Diretoria Executiva: Célio V. Santos Filho, Elói Gerstel, Sandro Vaia

CLASSIFICADOS POR TELEFONE: 3855-2001

**VENDAS DE ASSINATURAS**  
Capital: 3858-9000  
Demais localidades: 0800-14-9000

**CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR**  
3856-5400  
falecom@estado.com.br

**CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE**

Capital: 3959-8500 Demais localidades:  
0800-14-77-20  
www.assinante.estado.com.br

**CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JORNALEIRO:**  
0800-11-00-94 - www.jornaleironline.com.br  
**CENTRAL DE ATENDIMENTOS ÀS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE** 3856-2531 - cia@estado.com.br

**PREÇOS VENDA AVULSA**

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,20 (segunda a sábado) e R\$ 3,50 (domingo). DF e MS: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 3,90 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,40 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo).

## Brasília, onde dinheiro não é problema!

Alcides Amaral



Diz o ditado popular que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Infelizmente, essa não é a realidade do governo Lula quando se fala em contenção de despesas. Por mais que a imprensa aponte os abusos referentes aos gastos governamentais e a opinião pública fique revoltada com o verdadeiro ataque aos cofres públicos perpetrado em Brasília, nada acontece. As autoridades instaladas na capital do País fazem ouvidos de mercador, como se a revolta da população não fosse com elas. Pior ainda: para fazer frente ao festival de gastos, o governo é bastante criativo em elevar os tributos, mandando, claro, a conta para nós, contribuintes.

Como o exemplo deve vir de cima, o lógico é começarmos pelo gabinete presidencial. De acordo com a revista *IstoÉ Dinheiro*, os custos do gabinete do presidente Lula somaram pouco mais de R\$ 370 milhões em 2004, ante R\$ 38,4 milhões em 1995. Mau exemplo, portanto, pois os cus-

### O CONTRIBUINTE TERÁ DE REDUZIR MAIS SEU PADRÃO DE VIDA PARA PAGAR IMPOSTOS?

tos aumentaram quase dez vezes durante os últimos nove anos. Ainda de acordo com a mesma revista, enquanto o gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso abrigava 1.100 funcionários (que já eram demais), o gabinete hoje é ocupado por 3.300. Para quem conhece as instalações do palácio do governo fica difícil imaginar como cabe tanta gente...

Recentemente, o presidente Lula veio em defesa dos funcionários públicos, cuja folha de pessoal deverá custar à União cerca de R\$ 98 bilhões em 2005. Ninguém é contra o funcionalismo, pois aquele que trabalha e exerce com dedicação suas funções merece o mesmo respeito do trabalhador da iniciativa privada. O que se critica é o “empreguismo”, o inchaço do quadro de funcionários públicos para atender a interesses políticos. Enquanto no governo Fernando Henrique Cardoso o quadro de servidores federais foi reduzido de 900 mil para 750 mil, nos primeiros dois anos do governo Lula esse número pulou para 820 mil e já há previsão de aumentos adicionais para este ano de 2005.

Finalizando a série de exemplos que devem vir de cima, mais um triste capítulo é registrado com a dispendiosa aquisição do “Santos Dumont”. Como bem observou o ex-prefeito Olavo Setúbal, em entrevista

recente ao jornal *Valor*, “na primeira campanha para a Presidência da República, o Lula disse que ia fazer regulamentos de maneira que as empregadas domésticas comessem na mesa com os patrões. Hoje ele tem uma visão absolutamente moderna da vida, aceitando as diferenças e procurando diminuí-las de forma paulatina”. Tanto é verdade que o novo avião, cujo custo ultrapassou os US\$ 56 milhões, tem cabine exclusiva, cama para casal e chuveiro privativo para o presidente. Enquanto isso, o povão, que acreditou naquelas promessas de campanha e o elegeu presidente, continua viajando de ônibus quando sobra algum dinheiro no fim do ano.

Mas a farra de gastos não pára no Poder Executivo. O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP), às vésperas do término do seu mandato deixou um rol de despesas adicionais a serem pagas pelo contribuinte. Os 513 deputados federais terão mais salário, aumento de verba de gabinete, verba indenizatória, e assim por diante. Se já não fossem suficientes os 20 funcionários que cada um deles tem à disposição do seu gabinete, esse número será elevado para 25, isto é, mais de 2.500 novos “empregos” criados. Igualmente, para quem conhece as instalações do Congresso fica difícil saber onde esse contingente adicional ficará instalado. Como os senadores também são filhos de Deus, o Senado deverá seguir a Câmara, aumentando toda sorte de verbas para os 81 parlamentares, sempre à custa do contribuinte.

Não querendo ficar para trás, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Ministério Público Federal (mesmo contrariando posição do Tribunal de Contas da União, de 2003) emitiram medidas administrativas incorporando aos salários dos seus servidores as funções comissionadas exercidas no período de 1998 a 2001. Maiores gastos sem que a fonte de recursos seja identificada.

Devido a esse verdadeiro festival de gastos dos nossos “governantes” em Brasília, as despesas correntes não-financeiras cresceram de 14% do produto interno bruto (PIB) em 1995 para quase 18% em 2004, projetando porcentual ainda mais elevado em 2005. Enquanto isso, os investimentos em relação ao PIB registraram declínio nesse período, caindo de 0,8% do PIB em 1995 para 0,5% em 2004.

A pergunta que fica é: com todo esse desmando administrativo, o Brasil tem solução? Teremos, como contribuintes, de continuar reduzindo nosso

padrão de vida para pagar mais impostos e fazer com que dinheiro continue não sendo problema em Brasília?

Otimista por natureza, creio que devemos acreditar que haja luz no fim do túnel e que a “água mole” começará, um dia, a furar a “pedra dura”. Como pouquíssimos políticos têm a noção exata da necessidade da convivência com orçamento equilibrado, e como o mundo, atualmente, é um grande “negócio”, creio que está chegando a hora de elegermos um empresário para presidente da República. Alguém que saiba do e balanço tem ativos e passivos e tenha a noção exata de que a cada nova despesa terá de ser gerada receita em valor equivalente, dentro do próprio negócio. E não como hoje, quando a conta, seja ela qual for, é simplesmente enviada ao contribuinte, via carga adicional de impostos. ●

Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S/A, é autor do livro *Os Limões da Minha Limonada*. E-mail: alcides.amaral@uol.com.br

## O desmonte da universidade

Denis Lerrer Rosenfield



Não nos enganemos. Está em curso um verdadeiro desmonte das universidades brasileiras, públicas e privadas, federais e estaduais, pelo anteprojeto de lei elaborado pelo Ministério da Educação. Com um vocabulário pretensamente social, o projeto visa a ideologizar o ensino superior, estabelecer formas de controle partidário por organizações ditas sociais e abolir o mérito como critério de conhecimento. Como foi muito bem analisado por dois editoriais do *Estadão* (16 e 17/1, A3), estamos diante de uma renovação do “sovietismo” ou, ainda, de uma subordinação do conhecimento a critérios determinados como sociais por burocratas de coloração partidária. O stalinismo ganha, assim, uma faceta institucional, pretensamente correta. O PT das trevas mostra a sua face.

Para quem conhece os documentos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social elaborados pelo ministro Tarso Genro, fica claro que presenciamos um mesmo processo de controle da sociedade, desta feita, da educação. O ministro

mudou de pasta, porém não de concepção, que continua, como antes, enraizada em suas antigas idéias revolucionárias. A ambigüidade no uso das palavras é, aliás, uma expressão daquilo que é omitido. O vocabulário e os nomes mudaram, a postura antidemocrática continua a mesma.

A apresentação do ministro dá o tom do que será depois regulamentado por uma série de artigos e incisos. Ressaltemos alguns, para que se tenha uma idéia do que é proposto. É, contudo, necessária a utilização de uma espécie de conversor de palavras para que façamos a tradução correspondente. Logo, quando é dito que “o ensino de qualidade será aferido por processos participativos de avaliação e executados por mecanismos democráticos de gestão”, deve-se ler “processos participativos” por uma repetição dos “orçamentos participativos”, implantados no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, que subordinavam qualquer decisão dita popular ao controle partidário-burocrático do governo. Da mesma maneira, “mecanismos democráticos de gestão” significam o império das corporações sobre a universidade. Aliás, na “eleição direta” para reitor nem é exigido que ele seja um professor titular. Pode ser um estudante ou um funcionário. Por que não um funcionário da segurança ou um aluno de primeiro ano? Precitaria ser alfabetizado? Tudo dependeria, evidentemente, da “participação” e da “democracia”!

Caberia a um “Conselho Comunitário Social”, novo nome do “orçamento participativo”, elaborar relatórios que seriam obrigatórios na avaliação da universidade, o que significa que as corporações de funcionários, estudantes e professores, juntamente com o MST, a CUT e, indiretamente, o próprio PT, decidiriam sobre os rumos da pesquisa, do ensino e da extensão. Se a pesquisa, a formação, a ciência e a tecnologia são centrais do ponto de vista da soberania de um país, elas não são consideradas, senão nominalmente, nesse anteprojeto por ficarem atreladas ao imediato de um governo que se rege, na área da educação, por preceitos que seriam admiravelmente bem aceitos em Cuba ou na ex-URSS. Por que não enviá-lo a Chávez e livrar o Brasil desse desserviço à educação nacional?

A consulta à “sociedade civil”, tão apregoada em todo o anteprojeto, é outra dessas expressões que encobrem, sob um rótulo aceitável, a participação direta do MST e da CUT nos processos internos da universidade, viabilizando uma ideologização e uma partidarização das instâncias universitárias. Aliás, o ministro não escondeu a consulta que fez ao MST, or-

ganização revolucionária que usa sistematicamente da violência, para decidir dos rumos da reforma universitária. O artigo 3.º, inciso II, é particularmente claro, embora, como sempre, elíptico: a educação superior atenderá às “demandas específicas de grupos e organizações sociais, inclusive do mundo do trabalho, urbano e do campo, voltados para o regime de cooperação”. Só faltaria designar diretamente os interlocutores, mas não ficaria bem para um anteprojeto que deve ainda passar pelo Congresso Nacional! Alguém poderia entender mais diretamente do que se trata!

Esse mecanismo de consulta, de participação e de dita democracia é sobremaneira conhecido nos lugares, Estados e municípios, onde os setores mais à esquerda do PT foram governo. Trata-se pura e simplesmente de uma consulta que o PT faz a si mesmo, cortocircuitando toda a sociedade por intermédio dos interlocutores de plantão, que são as organizações sindicais afins a esses setores esquerdistas, o MST, a CPT e movimentos con-

### O MINISTRO TARSO GENRO CONSULTOU O MST PARA DECIDIR OS RUMOS DA REFORMA

gêneres. Em nome de uma pretensa consulta à “sociedade civil”, esta some como interlocutor, surgindo em seu lugar as “organizações sociais” que têm uma ideologia revolucionária.

O dirigismo estatal colocase, então, como instrumento desse processo de desmonte da universidade ao instituir os burocratas-partidários como os sábios que deverão determinar as necessidades sociais e as regionais que serão obrigatoriamente atendidas pelas universidades. Sob o pretexto de regulamentar a autonomia há muito almejada pelas universidades, o governo pretende criar todo um processo de ingerência nas instituições de ensino superior, rebaixando o seu nível e desconsiderando o mérito como valor universitário central. Quando se limita o saber a diretrizes administrativo-ideológicas desse tipo, o preço a ser pago é alto demais, pois as gerações futuras e o próprio País ficarão com essa conta, impagável em termos de conhecimento e de atraso. ●

Denis Lerrer Rosenfield, professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com doutorado de Estado em Filosofia pela Universidade de Paris, é autor, entre outras obras, de *Hegel* (Jorge Zahar Editor, Coleção Passo a Passo) e editor da revista *Filosofia Política*, da mesma editora. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br

## FÓRUM DOS LEITORES

ENDEREÇO  
Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900

FAX:  
011 3856-2920

E-MAIL:  
forum@estado.com.br

### Sardinella brasiliensis

Agora me digam, tranquilizem este pobre aposentado, por favor! É possível levar a sério um país que tem 200 (duzentos!) grupos de trabalho formados em dois anos (ou seja, uma centena por ano, ou 400 por um mandato, ou 800 – livre-nos Deus! – em caso de reeleição)? E cabe a duvidosa honra de ser o ducentésimo ao Grupo da Sardinha Verdadeira, a célebre *Sardinella brasiliensis*, que será estudada com afincos por representantes dos Ministérios da Defesa (!), do Meio Ambiente, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Conselhos e Ministério da Pesca e – pasmem! – da Pastoral da Pesca, certamente para dar extrema-unição às pobres sardinhas antes que sejam enlatadas. Não... Esqueçam: em meus 68 anos jamais vi

ou presenciei um governo tão embaçado e povoado por nulidades como este do sr. Lula – aliás, um produto do mar. Cheio, mesmo, de cabeças de sardinha. Se verdadeiras, só o grupo de trabalho, altamente remunerado, há de nos dizer. Vou-me embora pra Pasárgada, se é que nenhum tsunami a varreu do mapa.  
**AMARILLO LEAL DOS SANTOS**  
amasantos2005@yahoo.com.br  
Belo Horizonte

1 lata de sardinha, 3 colheres de manteiga, 2 ovos, pimenta, cebola, cheiro verde e sal a gosto. Como faço para entrar nessa boquinha? Sem remuneração? “Me engana, que eu gosto!”  
**LUIZA AUGUSTA ZABEU CAPORUSCIO**  
pietroscap@yahoo.com.br  
São Paulo

### Conselho suspenso

Foi suspensa a eleição dos “fiscais das subprefeituras”, como disse a manchete do *Estadão* de 21/1. A função dos conselheiros seria não só fiscalizar, mas atuar junto, colaborar para tirar a máquina pública, na sua ponta operacional, da eterna ineficiência. A matéria diz que os conselheiros vão ganhar salário. Mas a Lei 13.881, em seu artigo 16, diz: “É vedado aos conselheiros o recebimento de qualquer vantagem pecuniária pelo desempenho de suas funções.” Qual a despesa gerada? A cessão de uma sala para reuniões quinzenais? Dentro dos limites da lei, espero que essa suspensão seja revogada, pois parece que é só a população que quer ver uma máquina pública eficiente e ativa e, portanto, é a primeira interessada em acompanhar de perto,

com poder de manifestação, as atividades das subprefeituras.  
**EDUARDO BRITTO**  
britto@tremembe.com.br  
São Paulo

É revoltante que o governo Serra condene a criação do Conselho de Representantes das Subprefeituras. O secretário dos Negócios Jurídicos, Antônio Marrey, e o secretário das Subprefeituras, Walter Feldman, já tomaram posição contra a iniciativa. Finalmente, no governo da prefeita Marta Suplicy, foi garantida a criação dos Conselhos de Representantes, após uma luta de mais de dez anos da sociedade civil organizada. Só com tais conselhos será possível garantir a real participação popular. Espero que o prefeito José Serra volte atrás quanto a essa

atitude de pouca transparência e pouco respeito às entidades civis.  
**ROSA PERKINS**  
rosaperkins2002@yahoo.com.br  
São Paulo

### Taxa do lixo

Prezado prefeito, preciso de sua orientação. Recebi a cobrança da taxa do lixo com vencimento em 7 de fevereiro. Considerando suas promessas de campanha, gostaria de confirmar se posso desconsiderá-la e jogá-la no lixo. Caso o senhor tenha sido apenas um vendedor de ilusões, favor informar, pois, jogando-a no lixo, talvez aumente o volume e, conseqüentemente, o valor da taxa e também ficarei sujeito a juros e multa. No aguardo de resposta,  
**SÉRGIO ROBERTO DA COSTA**

**sergio.costa@sew.com.br**  
São Paulo

### O povo responde

Gostaria de saber se os leitores sra. Lia Cêpera e sr. Euvaldo Ramos de Andrade (*O povo quer saber*, 20/1) realmente moram em São Paulo e se lêem, escutam, etc., as notícias sobre como foram deixadas as finanças da Prefeitura de São Paulo. Se não, favor ler o editorial *O prefeito aperta o cinto* (20/1, A3). Chega de administrações irresponsáveis com o nosso dinheiro. Saudações realistas.  
**TANIA TAVARES ANCELEVICZ**  
taniatma@hotmail.com  
São Paulo

●  
Parece-me que a resposta às perguntas da sra. Lia Cêpera é óbvia: